

Férias da advocacia devem ser regulamentadas em MT

Página - 6



OAB-MT conclama maior engajamento feminino

Página - 8



‘Reflorescer’ abre mercado de floricultura em MT com reeducandas

Página - 7



Diretores da Ordem e da CAA/MT prestam contas em visitas às subseções



Páginas 4 e 9

DIRETORIA DA OAB

Presidente
Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-Presidente
Flávio José Ferreira de Souza

Secretário-Geral
Ulisses Rabaneda dos Santos

Secretária-Geral Adjunta
Gisela Alves Cardoso

Diretor Tesoureiro
Helmut Flávio Preza Dalto

Conselheiros Federais

Duílio Piato Júnior
Gabriela Novis Neves Pereira Lima
Joaquim Felipe Spadoni
Josemar Carmerino dos Santos
Liliana Agatha Hadad Simioni
Oswaldo Pereira Cardoso Filho

Conselheiros Estaduais

Abel Sguarezi
Alfredo José de Oliveira Gonzaga
Alinor Sena Rodrigues
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Betsey Polistchuck de Miranda
Breno Augusto Pinto de Miranda

Bruna Ergang da Silva
Christian Jacks Lino Gasparetto
Dinara de Arruda Oliveira
Eduardo Alves Marcal
Eduardo Marques Chagas
Eduardo Ramsay de Lacerda
Élbio Gonzalez
Elizete Bagatelli Gonçalves
Ericson Cesar Gomes
Fábio de Sá Pereira
Fabio Luis de Mello Oliveira
Fabiola Cássia de Noronha Sampaio
Fernando Augusto Vieira de Figueiredo
Fernando Henrique Machado da Silva
Flávia Carrazzone Ferreira
Flaviano Kleber Taques Figueiredo
Francys Ricardo Menegon
Gildo Capeleto
Hélio Machado da Costa Júnior
Hélio Nishyama
Igor Girardi Faria
Ivo Matias
José Carlos de Oliveira Guimarães
Júnior
José Eduardo Polisel Gonçalves
José Patrocínio de Brito Júnior
José Sebastião de Campos Sobrinho
Juliana Ribeiro Salvador
Kleber Zinimar Geraldine Coutinho
Luis Filipe Oliveira de Oliveira
Luis Henrique Nucci Vacaro
Luis Carlos de Oliveira Assumpção
Júnior
Luiz da Penha Corrêa

Marisol Nespoli
Mauro Paulo Galera Mari
Mauro Portes Júnior
Nelson Aparecido Manoel Júnior
Paula Regina de Toledo Ribeiro
Pedro Martins Verão
Regina Célia Sabioni Lourimier
Reinaldo Américo Ortigara
Ricardo Ferreira Garcia
Ricardo Moraes de Oliveira
Roberta Vieira Borges
Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araújo
Rogério Lavezzo
Samir Dartanhan Ramos
Samir Hammoud
Sandro Luis Costa Saggin
Selma Cristina Flores Catalan
Selma Pinto de Arruda Guimarães
Sirlene de Jesus Bueno
Suerika Maia de Paula Carvalho
Tânia Regina Ignotti Faiad
Tatiane de Barros Magalhães
Valdir Miquelin
Vinícius Dall Comune Hunhoff
Walmir Antônio Pereira Machiaveli

1ª Câmara Julgadora

Presidente: Flavio José Ferreira
Membros: José Patrocínio de Brito Júnior
Jose Eduardo Polisel Gonçalves
Eduardo Ramsay De Lacerda
Ricardo Moraes de Oliveira

Tania Regina Ignotti Faiad

2ª Câmara Julgadora

Presidente: Ulisses Rabaneda dos Santos
Membros: Pedro Martins Verão
Luiz da Penha Correa
Breno Augusto Pinto de Miranda
Hélio Machado da Costa Junior
Eduardo Alves Marçal

3ª Câmara Julgadora

Presidente: Gisela Alves Cardoso
Membros: Jose Sebastião de Campos Sobrinho
Fernando Augusto Vieira Figueiredo
Roberta Vieira Borges
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Luiz Carlos de Oliveira Assunção Junior

Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MT)

Presidente
Itallo Gustavo de Almeida Leite

Vice-presidente
Xênia Michele Artmann Guerra

Secretário-Geral
Ana Carolina Naves Dias Barchet

Secretário-Geral Adjunto
José Luiz de Aguiar Bojikian

Tesoureiro
Leonardo de Mesquita Vergani

Diretores
Ariane Martins Fontes
Clarissa Lopes Dias
Gisele Gaudêncio Alves da Silva
Raquel Cristina Rockenbach Bleich
Viviane Cristine Caldas

Escola Superior de Advocacia (ESAMT)

Diretor Presidente
Marco Antônio Lorga

Diretor - Adjunto
Bruno Devesa Cintra

Secretário - Geral
Sílvio Soares da Silva Junior

Secretária - Geral Adjunta
Marina Ignotti Faiad

Coordenador Pedagógico
Vladia Maria

Contatos: (65) 3613-0956/0957

RELATORES DO TED

Presidente
JOÃO BATISTA BENETI

Vice-presidente
ADRIANO CARRELO SILVA
Secretário-geral
SILVANO MACEDO GALVÃO

1ª TURMA

Presidente
RENATO DE PERBOYRE BONILHA

Relatores
ROBER CESAR DA SILVA
GIORGIO AGUIAR DA SILVA

2ª TURMA

Presidente
ROBERTO ANTUNES BARROS
Relatores
MARIO OLIMPIO MEDEIROS NETO
ANDRÉ LUIS DOMINGOS DA SILVA
ROSENI APARECIDA FARINACIO
LUIZ CARLOS TAQUES DE ANDRADE

3ª TURMA

Presidente
PEDRO MARCELO DE SIMONE
Relatores
SEILA MARIA ALVARES DA SILVA
APOENA CAMERINO DE AZEVEDO
ALENCAR FELIX DA SILVA
MARCELO BERTOLDO BARCHET

4ª TURMA

Presidente
JOÃO MANOEL JUNIOR
Relatores
JOSÉ RAVANELLO
LINOIR LAZZARETTI JUNIOR
ANA MARIA SORDI TEIXEIRA MOSER
ILDO DE ASSIS MACEDO

5ª TURMA

Presidente
ARNALDO RAUEN DELPIZZO
Relatores
ROSELY AMARAL DE SOUZA
JULIERME ROMERO

ROBERTO CARLONI DE ASSIS
DANIELE IZAURA DA SILVA CAVALARI
REZENDE

6ª TURMA

Presidente
JACKSON MÁRIO DE SOUZA
Relatores
VINÍCIUS MANOEL
GELISON NUNES DE SOUZA
JOSÉ ANTONIO GASPARELO JUNIOR
CIBELI SIMÕES DOS SANTOS

7ª TURMA

Presidente
ADRIANA PAULA TANSINI RODRIGUES
SILVA
Relatores
LUIZ ALBERTO DERZE VILLALBA CARNEIRO
HAMILTON FERREIRA DA SILVA JUNIOR
JUCIMEIRE MARQUES DE OLIVEIRA
LEOPOLDO DE MORAES GODINHO JUNIOR

8ª TURMA

Presidente
CRISTIANO ALCIDES BASSO
Relatores
JONEL BENEDITO FERREIRA DE ARRUDA
EDUARDO AUGUSTO BORDONI MANZEPPI
JOSINÉIA SANABRIA ORTIZ PRADO
RODRIGO REIS COLOMBO

9ª TURMA

Presidente
AURELIO ALENCAR SOARES DE OLIVEIRA
Relatores
RAFAEL VICENTE GONÇALVES TOBIAS
ESTEVÃO PINHEIRO JOTA
CLAIRE INES GAI MATIELO

10ª TURMA

Presidente
SONIA MARIA ALVES SANTOS
Relatores
RAPHAEL NAVES DIAS
JOÃO PAULO AVANSINI CARNELOS
MARIO APARECIDO LEITE CANGUSSU PRATES

11ª TURMA

Presidente
MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA
Relatores
AMARO CESAR CASTILHO
PAULO FABRINNY MEDEIROS
ANTONIO ALVES DA SILVA JUNIOR
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO
JOSÉ DIOGO DUTRA FILHO
CLEBER IRINEU RODRIGUES DA SILVA
RAFAEL WILLIAN BATISTA
ALEX FERREIRA DE ABREU

DIRETORIA DO TDP

Presidente
André StumpfJacobe Gonçalves
Vice-presidente
Maurício Magalhães Faria Neto
Secretário-geral
Max Magno Ferreira Mendes
Secretária adjunta
Fabiane BattistettiBerlanga

Telefone de plantão do TDP: (65) 9 9239-1000

Jornalistas:
Natacha Wogel
Sissy Cambuim - DRT/MS 0604
Paula Peres - DRT/MT 1243
Ascom/TRE

Fotografias:
Fabício Rodrigues/ZF Press,

Diagramação e Editoração:
Cláudio Castro - DRT/MT 351



EXPEDIENTE

Contatos Assessoria de Imprensa:

OAB/MT - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com

Mídias Sociais:
@oabmatgrosso
www.facebook.com.br/oabmatgrosso
www.twitter.com.br/oabmt

CAA/MT (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br
www.facebook.com.br/caaoabmt

Publicidade: Boletim Informativo - Comunicação Institucional

Tiragem: 17.000 exemplares

OAB Mato Grosso - Avenida Mário Cardi Filho, s/n -
Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914
- Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921

Seccionais se unem para cobrar do TRF1 publicidade dos atos

A OAB-MT e as demais seccionais que pertencem à jurisdição do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) – Acre, Amazonas, Amapá, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins – juntamente com a Comissão Especial de Direito da Tecnologia e Informação (CEDTI) da OAB, cobram uma série de medidas para garantir que o tribunal faça a publicação dos atos processuais no Diário de Justiça Eletrônico.

A medida observa o princípio constitucional do acesso à Justiça, bem como o previsto no inciso LX do artigo 5º da Constituição Federal, que estabelece que a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

Ainda de acordo com o Código de Processo Civil, parágrafo 3º, artigo 205, os despachos, as decisões interlocutórias, os dispositivos das sentenças e a ementa dos acórdãos serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico.

Atualmente, o TRF1 se ampara na Lei 11.419/2006, que dispõe que as intimações serão feitas eletronicamente em portal próprio aos que se cadastrarem junto aos órgãos judiciários e dispensa a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.

“A interpretação constitucional não pode se dissociar do fato social por ela regrado. Os preceitos legais, limitando o conhecimento dos atos processuais a

apenas aqueles que acessem os portais dos tribunais, restringem indevidamente a publicidade do processo, além de permitir uma contagem de prazo processual que pode não ser de conhecimento das partes e de seus advogados”, destacou um dos relatores do documento encaminhado ao CFOAB, o conselheiro federal pela OAB-MT Josemar Carmerino dos Santos, membro da CEDTI.

O relatório aponta que, por um lado, a população deixa de ter acesso ao que consta dos feitos e, por outro, grande parcela dos advogados e advogadas se vê privada de acompanhar as demandas e as decisões dos tribunais.

Por diversas vezes, a representante do CFOAB no TRF1, Hellen Falcão de Carvalho, tentou resolver a questão de forma administrativa junto ao tribunal, mas sem sucesso. No Conselho Nacional de Justiça (CNJ) também já foi apresentado pedido de providências para solucionar a questão. Além disso, a OAB ingressou, em 2007, com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) que segue até os dias de hoje sem resposta. A OAB/DF chegou a apresentar uma proposta de projeto de lei (PL 7527/2017) demonstrando a necessidade de alteração da Lei 11.419/2006.

Diante das inúmeras dificuldades vivenciadas pelos profissionais da advocacia e, conseqüentemente, por aqueles cidadãos que se socorrem à Justiça Federal no TRF1, as seccionais e a comissão se uniram para fazer a cobrança de tais medidas, por meio de intervenção da OAB junto aos órgãos

competentes a fim de assegurar a observância aos princípios constitucionais a serem resguardados.

Em Mato Grosso, após uma árdua luta, a OAB-MT conseguiu assegurar, junto ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), a publicação dos atos dos processos que tramitam no sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) também no Diário de Justiça Eletrônico (DJE).

Isso porque, além de assegurar às próprias partes interessadas o direito ao acompanhamento do processo, estabelece mais segurança no que se refere à interpretação para a contagem de prazos.

Presidente da OAB-MT, Leonardo Campos lembra que a informatização processual é um caminho sem volta e que os sistemas processuais eletrônicos vieram para dinamizar a Justiça. “Contudo, a informatização não pode segregar, não pode impedir que profissionais da advocacia, cidadãos que são partes em processo, bem como aqueles interessados, não tenham o devido acesso à informação”, destacou.

Com atuação em 10 estados e no Distrito Federal, o TRF1 tem o PJe aplicado em todas as classes cíveis de vara comum; mandados de segurança e ações monitorias em 28 subseções judiciárias; em todas as classes criminais de vara co-



mun nas seções judiciárias do Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia; todas as classes de juizado adjunto criminal; classes cíveis originárias e recursos no TRF; habeas corpus e mandado de segurança criminal em segundo grau, todos os recursos oriundos da competência federal delegada, entre outros.

Para ter acesso ao PJe é necessário manter alguns programas atualizados, bem como ter sistemas operacionais compatíveis. Seu manuseio requer a utilização de certificado digital. Aqueles que não possuem certificado digital e precisam se cadastrar para ter acesso às movimentações processuais devem se dirigir até um posto de atendimento do tribunal desejado levando CPF ou CNPJ, comprovante residência, e-mail válido para contato e registro na OAB para os advogados.

Assim, a publicação exclusiva dos atos processuais no sistema eletrônico exclui do acesso aos atos processuais parte significativa da população que não tem acesso constante à internet nem condições de ir presencialmente à sede do tribunal para se cadastrar.

OAB-MT requer medida judicial contra norma da PF que fere prerrogativas

A flagrante violação das prerrogativas da advocacia nacional moveu a OAB-MT a pleitear ao Conselho Federal a adoção de medidas judiciais para que o artigo 48 da Instrução Normativa 108/2016 do Departamento de Polícia Federal seja declarado ilegal. A normativa restringe o acesso da advocacia aos autos do inquérito policial instaurados pela corporação.

“Tem-se que a instrução normativa nº 108/2016 – DG/DPF viola claramente as prerrogativas profissionais previstas no artigo 7º, incisos XIII e XIV da Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), bem como a

Súmula Vinculante de nº 14 do STF, quando se pretende restringir, por medidas burocráticas exacerbadas, o acesso do advogado aos autos de inquérito policial”, aponta o ofício enviado pela OAB-MT ao presidente da Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas e Valorização da Advocacia, Jarbas Vasconcelos do Carmo.

A norma questionada determina que os pedidos de cópias de peças do inquérito policial e de vista dos autos em cartório deverão ser formulados por petição dirigida ao delegado da Polícia Federal presidente do inquérito. Estabelece o prazo de até 48 ho-

ras para que o pedido de cópia seja decidido pela autoridade policial. Ainda dispõe que os investigados e seus defensores somente tenham acesso ao dados e documentos já incorporados aos autos relativos a si ou aos clientes, sem que tomem conhecimento de diligências em curso e informações que digam respeito exclusivamente a terceiros. Por fim, determina que, nos inquéritos sob sigredo de justiça, o pedido de vista dos autos e de cópias seja também analisado pelo delegado de polícia.

“Verifica-se que a instrução normativa restringe aos advogados o exa-

me dos autos de inquéritos, impondo-lhes excesso de formalismo para o acesso dos autos, bem como condiciona a vista dos autos à discricionariedade do delegado de polícia”, reforça o documento da OAB-MT.

No pedido, a Seccional de MT também sugere que o Conselho Federal da OAB, através da Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas, procure o Ministério da Justiça e Segurança Pública para que promova a alteração do citado artigo e seus parágrafos “visando garantir e assegurar as prerrogativas profissionais dos advogados”.

OAB-MT e CAA/MT recebem demandas da advocacia em Peixoto

Primeira subseção a receber a apresentação do balanço de atividades da OAB-MT em 2018, a OAB Peixoto de Azevedo reuniu a diretoria da entidade e da CAA/MT na manhã do dia 7 de março.

Durante a reunião com a advocacia da região foi realizada a solenidade de entrega de certidões para advogados e estagiários e a abertura da programação do Março Sempre Mulher.

Os presidentes da OAB-MT e da CAA/MT, Leonardo Campos e Ítallo Leite, apresentaram as principais ações realizadas em prol da advocacia. Em contrapartida, advogados e advogadas expuseram suas dificuldades, principalmente em relação à estrutura do Po-

der Judiciário nas comarcas da região.

Também participaram do evento a secretária-geral adjunta da OAB-MT e presidente da Comissão de Direito da Mulher, Gisela Cardoso; a vice-presidente da CAA/MT, Xênia Artmann Guerra, e o presidente da OAB Sinop, Felipe Guerra.

“A reunião foi muito produtiva”, apontou o presidente da OAB Peixoto de Azevedo, Marcus Macedo. Ele lembrou os pleitos feitos pela advocacia da cidade e de Matupá e Guarantã do Norte que já foram levados pela OAB-MT ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso, como o aumento de servidores, elevação da comarca de Guarantã do Norte, entre outros.



Em Colíder, tramitação de processos aflige a advocacia

Dezenas de advogados e advogadas que atuam na região de Colíder reuniram-se com a diretoria da OAB-MT e da CAA/MT na sede da subseção, no dia 7 de março.

Além da abertura do projeto Março Sempre Mulher pela presidente da Comissão de Direito da Mulher da OAB-MT, Gisela Cardoso, e da apresentação das ações que já vêm sendo desenvolvidas em prol de toda a advocacia mato-grossense, a reunião debateu uma situação pontual da comarca.

No fim de fevereiro, a OAB Colíder realizou um manifesto em frente ao Fórum da Comarca demonstrando a indignação e a preocupação da advocacia com os atos do magistrado que, de uma só vez e de ofício, determinou que fossem comprovados os requisitos para que as pessoas fossem beneficiárias da justiça gratuita em centenas de processos.

A situação, que pode ‘emperrar’ processos, inclusive, em fase de sentença, foi alvo de debate no encontro, quando foram apresentadas algumas das medidas cabíveis.

Para o presidente da OAB Colíder, Ricardo Zeferino, a reunião foi muito boa. A entidade tem se reunido pontualmente com o Poder Judiciário para tratar de questões estruturais e de recursos humanos na região.

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, apresentou aos advogados e advogadas da região os pedidos de providências já encaminhados ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) e garantiu empenho na questão.

A reunião na OAB Colíder integra a programação da apresentação do Balanço das Ações 2017 pelo interior de Mato Grosso. Também participaram do encontro o presidente e a vice-presidente da CAA/MT, Ítallo Leite e Xênia Artmann Guerra, e o presidente da OAB Sinop, Felipe Guerra.



Advocacia de Sorriso cobra respeito às prerrogativas profissionais

“Prerrogativas, uma questão de justiça”. O principal lema da OAB-MT norteou a reunião da diretoria da entidade com a advocacia da região de Sorriso. Durante o encontro, realizado no dia 7 de março na OAB Sorriso, os profissionais, principalmente aqueles que militam no Direito Previdenciário, apontaram as dificuldades de atendimento na Previdência Social, inclusive com desrespeito às prerrogativas da advocacia.

Classificando como ótimo o encontro, a presidente da OAB Sorriso, Cláudia Negrão, explicou que será realizada uma reunião com a gerência regional do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

“O presidente Leonardo Campos nos apoiou a exigir o respeito às prerrogativas e o cumprimento das decisões judiciais no que tange à implantação de benefícios previdenciários”, comentou.

Também é motivo de preocupação para os advogados e advogadas de Sorriso o atendimento prestado aos profissionais na Delegacia de Polícia.

Na ocasião, o presidente da OAB-MT e a secretária-geral adjunta, Gisela Cardoso, apresentaram algumas das principais ações que estão sendo desenvolvidas pela seccional de interesse de toda a advocacia. Presidente da OAB Sinop, Felipe Guerra, também participou da reunião.

Já o presidente e a vice-presidente da CAA/MT, Ítallo Leite e Xênia Artmann Guerra, falaram sobre o Março Sempre Mulher, que está sendo realizado em todo o Estado.



OAB-MT disponibiliza CDC e cartilhas em braile gratuitamente

Já estão disponíveis para retirada gratuita na sede da OAB-MT os primeiros 20 exemplares do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e da Cartilha de Informações para o consumidor de telecomunicações, ambos em braile.

De acordo com a Lei 12.291/2010, todos os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços no Brasil são obrigados a manter, em local visível e de fácil acesso ao público, um exemplar do CDC, inclusive com previsão de multa de até R\$ 1.064,10 para aqueles que não cumprirem.

“A gente quer expandir isso para fazer com que os estabelecimentos comerciais possam ter esse material em braile disponível assim como o CDC em língua portuguesa, e esse também seja obrigatório para que o deficiente visual possa ter acesso ao seu direito no toque da sua mão”, destacou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

Os materiais em braile são fruto

de uma parceria entre a OAB-MT e o Conselho de Usuários da Tim da Região Centro-Oeste, cuja presidência é exercida pelo presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da Ordem, Rodrigo Palomares.

“No conselho, chegamos à conclusão de que o excesso de informação é desinformação. Esse excesso de informação não chega a esses consumidores hipervulneráveis como os deficientes visuais. Então, pensando nisso, disponibilizamos o código e a cartilha em braile, com uma linguagem acessível e de fácil compreensão”, salientou Palomares.

Os interessados em ter os exemplares em braile, tanto portadores de deficiência visual que queiram conhecer seus direitos, como proprietários de estabelecimentos comerciais que desejam ofertar essa opção de acessibilidade aos seus clientes, podem solicitar o material diretamente na OAB-MT. O pedido pode ser feito por telefone e os códigos e as cartilhas serão entregues conforme a demanda.



Crise financeira impulsiona deferimentos de recuperação judicial

Com foco na falência e recuperação judicial de empresas, o I Seminário de Direito Empresarial, realizado pela Comissão de Estudos da Lei de Falência e Recuperação de Empresas da OAB-MT, em parceria com o Instituto Brasileiro de Administração Judicial (Ibajud), no dia 22 de março, em Cuiabá, reuniu grandes nomes do país para discutir o tema.

Dividido em cinco painéis que se entrelaçaram ao longo do evento, o seminário mostrou os diferentes aspectos e pontos de vista sobre a recuperação judicial e falência no Brasil.

Em decorrência das crises vivenciadas pelo país ao longo dos últimos anos, o tema tem se mostrado cada vez mais importante. Primeiro palestrante do evento, o promotor da Vara Empresarial do Rio de Janeiro, Leonardo Marques, que falou sobre aspectos tributários, mostrou que, a partir de 2015, os pedidos feitos e deferidos de recuperação judicial quase dobraram no país em relação aos dois anos anteriores.

Advogado e administrador judicial, Bruno Resende detalhou a atuação de profissionais da advocacia, bem como administradores e contadores, tanto na

recuperação judicial, quanto na falência.

Encerrando a primeira rodada de painéis, o juiz titular da Vara Empresarial do Rio de Janeiro, Paulo Estefan,

que explanou sobre realização do ativo na falência e na recuperação judicial, contrapôs e também complementou alguns dos pontos levantados pelo promotor acerca da aplicação da Lei 11.101.

No período da tarde, abriu as discussões o advogado renomado na área de insolvência e recuperação empresarial Cássio Cavalli, que tratou dos aspectos necessários à reforma da Lei de Falência e Recuperação Judicial. Ele destacou que integra um grupo criado pelo Ministério da Fazenda para elaboração do projeto de reforma, cujo texto já está de posse do Executivo nacional.

Por fim, o desembargador do Tribunal Regional Federal 1ª Região, Newton De Lucca, tratou especificamente do poder das assembleias gerais dos credores e o controle judicial. O magistrado, ovacionado pelos demais palestrantes do período, também falou sobre a objetividade da Lei 11.101 que é, antes de mais nada, a preservação da empresa, “desde que ela seja viável”, completou.



A pedido da OAB-MT, férias da advocacia devem ser regulamentadas no Estado

Previstas no novo Código de Processo Civil (CPC), as férias da advocacia estão prestes a se tornar uma realidade de fato em Mato Grosso. Após conquistar a suspensão de prazo nos tribunais do Trabalho, Eleitoral, Federal, de Contas e de Justiça e, até no âmbito administrativo, junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), no ano passado, a OAB-MT vem fazendo um trabalho junto à Assembleia Legislativa (ALMT) que resultou numa proposta inédita no país.

Já tramita no Legislativo mato-grossense o projeto de lei que suspende os prazos nos processos administrativos. O projeto foi lido na sessão do dia 20 de março e, agora, passará pelo crivo das comissões.

De autoria do presidente da ALMT, deputado Eduardo Botelho, a proposta altera a Lei 7.692/2002, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública de Mato Grosso.

Conforme o projeto, ficam suspensos todos os prazos nos processos administrativos no âmbito do Estado no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro de modo a garantir o período de férias da advocacia mato-grossense.



Em sua justificativa, Botelho destacou que a alteração na legislação se faz necessária, uma vez que contraria vários dispositivos do CPC. A legislação federal estabelece em seu artigo 220 a suspensão dos prazos processuais no referido período.

“Esta é uma conquista inédita que representa o reconhecimento da advocacia e a credibilidade da OAB-MT. É fruto de um trabalho incessante que a entidade

vem fazendo mesmo antes da entrada em vigor do novo CPC”, comentou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos.

Com o lema “Prerrogativas, uma questão de justiça”, a sensibilização sobre a necessidade do reconhecimento das férias da advocacia privada e, consequentemente, o cumprimento da legislação, é um trabalho constante da Ordem que vinha alcançando resultados no âmbito administrativo.

“Mato Grosso sai na frente regulamentando em lei própria um direito tão importante para o trabalhador profissional da advocacia. A ALMT, cumprindo seu papel de legislar, demonstra que está em consonância com as leis federais ao fazer esta regulamentação”, destacou Leonardo Campos.

Prestes a completar dois anos de vigência, as férias da advocacia previstas no CPC vêm ganhando cada vez mais ressonância. No fim do ano passado (20 de dezembro) foi publicada no Diário Oficial da União a lei que garantiu o período de descanso para os advogados trabalhistas de todo o país, com a suspensão de prazos processuais (também de 20 de dezembro a 20 de janeiro) na Justiça do Trabalho.

No âmbito administrativo, em Mato Grosso, atendendo ao pedido da OAB-MT, a Sema publicou a Portaria 939/2017 estabelecendo a suspensão de prazo dos processos administrativos de auto de infração. A medida, que pela primeira vez fez valer as férias da advocacia, mostrou a viabilidade da aplicação da legislação federal e da garantia do direito dos advogados e advogadas também na administração estadual.

Ordem requer carreira de procuradores legislativos

Presidente da OAB-MT, Leonardo Campos reuniu-se, no dia 14 de março, com o presidente da Câmara de Cuiabá, vereador Justino Malheiros, para defender a estruturação da carreira dos procuradores do Legislativo municipal.

No fim do ano passado, chegou a tramitar na Câmara um projeto de lei que visa regulamentar a carreira, no entanto, foi retirado de pauta. A previsão era de que, após uma análise mais aprofundada dos parlamentares, retornasse para apreciação ainda no início deste ano.

Após a reunião entre Leonardo Campos e Justino Malheiros, o presidente do Legislativo concordou em encaminhar para votação um projeto de lei específico para adequação da carga horária dos procuradores legislativos, que atualmente é de 20

horas semanais.

“Esse apoio da OAB-MT é de suma importância para os procuradores legislativos, mostrando que a en-

tidade está sensível à situação destes profissionais e atuante na defesa das prerrogativas da advocacia”, destacou o procurador-geral da Câmara de

Cuiabá, Lenine Póvoas.

Em fevereiro, um grupo de procuradores reuniu-se com o presidente da OAB-MT para explicar a situação e apresentar o projeto de lei para estruturação da carreira. Ao conhecer a proposta, ele manifestou apoio irrestrito, lembrando que as prerrogativas já defendidas pela entidade devem ser observadas na forma da lei a fim de assegurar que os cidadãos tenham a defesa de seus interesses devidamente protegida.

Para o procurador Daniel Badre Teixeira, a proposta de promover uma imediata readequação da carga horária já representa um significativo avanço. “Nossa ideia é garantir toda a estruturação para deixar positivadas na lei municipal as prerrogativas já previstas nas leis federais e no Estatuto da OAB”, explicou.



“Reflorescer” abre mercado de floricultura em MT com reeducandas

Maiores produtor e exportador de grãos do país, Mato Grosso, cuja economia alavancada pela agropecuária faz diferença na balança comercial brasileira, ainda não rendeu espaço em suas terras para a produção de flores, um dos mercados mais promissores nos últimos anos.

Em 2017, a venda de flores teve um aumento de aproximadamente 15% no país. A média de consumo brasileira é de R\$ 35 por pessoa a cada ano e o estudo feito pelo Instituto Brasileiro de Floricultura (Ibraflor) aponta Mato Grosso como 12º colocado no ranking dos estados com maior consumo per capita.

Com terras férteis e um mercado bastante promissor, o plantio de flores em Cuiabá contará com sementes que vão muito além de plantas ornamentais. Entusiasta do Projeto Reflorescer, a OAB-MT vem desenvolvendo a iniciativa que deve florescer nos próximos meses.

O projeto visa à produção de flores de corte e em vasos e mudas para paisagismo em uma área de aproximadamente 800 metros quadrados na Penitenciária Feminina Ana Maria do Couto “May”, em Cuiabá. Para o cultivo, as reeducandas participarão de um curso de capa-



citação pela Universidade Federal do Estado de Mato Grosso (UFMT) e trabalharão no cultivo das flores como forma de remissão da pena.

A produção deve ser comercializada junto às floriculturas de Cuiabá e região e também será possível a venda direta. A renda obtida será dividida em duas partes iguais, sendo metade para pagar o trabalho das reeducandas e a outra, destinada à manutenção das atividades, assegurando a sustentabilidade financeira do projeto.

Vice-presidente da OAB-MT, Flávio Ferreira destaca a importância do projeto, não apenas como importante ferramenta de ressocialização, mas também para fo-

mentar a economia local, oferecendo ao mercado mão de obra qualificada.

Com capacidade para 180 reeducandas, a Penitenciária Ana Maria do Couto “May” conta atualmente com 184 mulheres entre 25 e 60 anos. O projeto Reflorescer será a primeira oportunidade de capacitação e remissão de pena oferecida a elas.

Conforme a diretora-adjunta da unidade, Cleia Regina, hoje as reeducandas trabalham apenas nas atividades internas da unidade. O projeto permitirá a capacitação de até 60 reeducandas em cumprimento de pena e que atendam critérios de bom comportamento.

Para oferecer a capacitação, o professor-adjunto do Departamento de Agronomia da UFMT, o engenheiro agrônomo Rafael Campagnol participou da visita in loco onde será realizado o plantio.

Para viabilizar o projeto, Flávio Ferreira também participou de reuniões no Tribunal de Justiça de Mato Grosso e na Sala da Mulher da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, que também é uma das entusiastas do projeto. A proposta, segundo o vice-presidente da OAB-MT, é de que o projeto

esteja em funcionamento a partir do próximo semestre.

Além da ressocialização e fomento da economia, apostando em um mercado crescente, o projeto também atuará na melhoria da saúde e bem-estar das reeducandas. A penitenciária feminina é a unidade que recebe a maior quantidade de medicamentos antidepressivos. Assim, o desenvolvimento de atividades diárias, permitindo a capacitação para o mercado de trabalho e a trato direto com o cultivo das flores também é uma ferramenta de resgate da autoestima e recuperação da saúde emocional dessas mulheres.

Após pleito da OAB, cantinas em presídios serão regulamentadas

Motivo de inquietação para quem convive e se relaciona com o Sistema Penitenciário de Mato Grosso, a ingerência das cantinas existentes dentro das unidades prisionais está em vias de ser extinta. Pelo menos é o que se espera a partir da Mensagem 27, enviada pelo governo de Mato Grosso à Assembleia Legislativa, com projeto de lei que pretende regulamentar a gestão dos espaços destinados à venda de produtos e objetos permitidos, datada de 19 de fevereiro.

A medida responde a um pleito apresentado pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) à administração do Sistema, tendo em vista a série de reclamações e denúncias feitas à instituição dando conta de cobranças exorbitantes para aquisição dos produtos e a falta de transparência nos valores arrecadados.

O tema tomou conta, inclusive, de

uma reunião realizada pela OAB-MT no final de 2017 para debater, junto a todos os órgãos e as entidades envolvidas com o Sistema Penitenciário, os problemas apontados pela sociedade organizada. “Não sabemos quem administra, se houve licitação, qual é o rendimento. A OAB quer clareza dessas informações”, cobrou o vice-presidente da OAB-MT, Flávio Ferreira, à época.

“O presente projeto de lei pretende regulamentar a gestão dos espaços destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração, em presídios do Estado de Mato Grosso, permitindo que o Estado celebre termo de permissão de uso destes locais com os Conselhos da Comunidade, com dispensa de licitação”, traz o trecho da mensagem.

O artigo 4º do projeto de lei prevê que a margem dos lucros a serem cobra-

dos por produtos não poderá exorbitar a porcentagem de 25% do valor da compra. O texto encerra uma das maiores angústias das famílias dos detentos, conforme os membros do Grupo de Apoio a Famílias de Reeducandos (Gafar), já que é grande a variação do que é cobrado pelo mesmo produto em cada unidade.

O projeto também propõe a criação de um órgão colegiado, além do Conselho da Comunidade, com a finalidade de fiscalizar e decidir a maneira como os valores arrecadados com a comercialização dos produtos serão aplicados. Farão parte desse colegiado, conforme a lei, a OAB-MT, a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, o Conselho Curador da Fundação Nova Chance, um membro do Poder Judiciário, assim como da Defensoria Pública, do Ministério Público e outro de livre escolha do governo do Estado.

Também traz as hipóteses de que os recursos poderão ser aplicados, como, por exemplo, no pagamento de despesas relativas aos programas e às ações da unidade voltadas à assistência material, à saúde e à educação dos reeducandos. “Porquanto, haverá certeza de que a venda dos produtos dentro dos presídios retornará em benefícios diretos e indiretos em favor dos próprios presos e da coletividade de um modo geral”, completa o texto que justifica a proposição.

“Fico muito satisfeito com esse projeto de lei. É um pleito não só da OAB-MT, mas da sociedade em geral, porque a vida dentro do presídio é uma questão de segurança para toda a sociedade”, celebrou Flávio Ferreira quando recebeu das mãos da conselheira federal da Ordem e procuradora-geral do Estado, Gabriela Novis Neves Pereira Lima, a cópia da mensagem.

Advogadas conclamadas a ampliarem engajamento

A extensão do convite para o máximo de advogadas possíveis em Mato Grosso a fim de que se engajem na cobrança do cumprimento das prerrogativas da mulher advogada e denunciem qualquer prática de desrespeito vivenciada no dia a dia profissional foi feita pelo presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas (TDP), André Stumpf, no dia 15 de março. Receberam a mensagem as presidentes das Comissões de Direito da Mulher das diversas subseções da OAB-MT, além de delegadas das unidades da CAA/MT, presentes no Workshop da Comissão de Direito da Mulher, em Cuiabá.

“As advogadas precisam trazer as questões para a OAB e devem se engajar mais na luta de defesa das prerrogativas. Temos apenas duas mulheres atuando no TDP, e não é por falta de convite. Portanto, quando voltarem para o interior, levem essa necessidade de engajamento. Vamos mudar a cultura do comportamento das autoridades. Se não houver denúncia, fica difícil ver essa realidade mudar”, conclamou o presidente do TDP.

O artigo 7-A recém-inserido no Estatuto da Advocacia, contendo direitos específicos da mulher advogada, foi lido para todas as participantes do evento pelo líder do TDP e, também, pelo presidente do Tribunal de Ética e Disciplina, João Batista



Beneti. “O TED serve para, antes de qualquer medida, orientar a advocacia. Ele é um tribunal de consulta. Por isso, façam uso do TED. A última função dele é julgar processos disciplinares”, reforçou o advogado.

Como parte da programação da campanha Março Sempre Mulher do Sistema OAB-MT, o dia de palestras exibiu os braços da Ordem para orientar, atender e apoiar a mulher advogada em Mato Grosso. Desde as explicações de membros da Diretoria até a palestra de profissionais de outras carreiras jurídicas sobre a importância da defesa do direito da mulher, as integrantes do evento puderam se atualizar e tirar dúvidas a respeito do exercício da advocacia.

A dualidade entre publicidade e propaganda na divulgação do exercício profissional, conforme as mudanças no Estatuto

da Advocacia, foi alvo de extenso debate no workshop, assim como as novidades a respeito da cobrança de honorários, temas tratados pelo TED.

Para constante formação da advocacia, o vice-presidente da ESA-MT, Bruno Castro, colocou à disposição das participantes o acesso aos produtos oferecidos pela entidade e pediu a colaboração para estimular a presença de advogadas nos cursos. A secretária-geral adjunta da OAB-MT e presidente do evento, Gisela Cardoso, aproveitou para reforçar que existe um compromisso da ESA de sempre convidar palestrantes mulheres para seus eventos.

Um dos idealizadores do benefício do auxílio maternidade para as mulheres advogadas, implantado no Sistema OAB-MT em 2013, o diretor tesoureiro Helmut Flávio

Preza Daltro destacou que a luta pelo reconhecimento das diferenças, mas sobretudo pelo combate às desigualdades, é constante. “A OAB-MT está atenta a essas necessidades, mas quando falo de OAB-MT, estou falando de cada uma de vocês. É a força e o empreendedorismo da mulher advogada que pode fazer toda a diferença”.

Uma das convidadas, a presidente da Comissão do Direito da Mulher de Sinop, Cintia Mary Dutra Beline, comentou a importância da participação dos membros da OAB, sobretudo no interior, nas ações sociais dos municípios. “A gente aceita o desafio de fazer parte dos movimentos sociais e, automaticamente, essas ações trazem ganho profissional pra gente também, pois tratam de temas da nossa atuação”, comentou.

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, falou sobre os avanços e o que ainda é preciso avançar para defesa da advogada. “Esse workshop traduz essencialmente a necessidade de olhar para dentro, para os órgãos da OAB, para ver se estão ombreados com a advogada, se conhecem a necessidade da mulher advogada. Já foi um avanço no Sistema OAB a instituição de cotas como instrumento indutor para despertar nas mulheres o desejo de participar. Lutem, no seu ambiente de trabalho, no seu escritório, pelo direito de participar da Ordem”, finalizou.

Enfrentamento à violência obtém avanços na Grande Cuiabá

As novidades para o enfrentamento da violência contra a mulher recém-conquistadas na Grande Cuiabá foram também foco do Workshop da Comissão do Direito da Mulher. Convidadas para anunciar as inovações às participantes do encontro, a defensora pública Rosana Leite e a advogada e presidente da Associação Brasileira das Mulheres de Carreiras Jurídicas de Mato Grosso (ABMCJ-MT), Ana Emília Iponema Brasil Sotero, concederam palestras no encontro.

Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública de Mato Grosso, Rosana Leite anunciou uma mudança no trâmite de atendimento da vítima de violência doméstica que já dispõe de medida protetiva. Depois de identificar, após anos de atuação no combate ao crime, que algumas situações no quadro da violência doméstica são possíveis de ser evitadas, a defensora conseguiu sensibilizar o Poder Judiciário e a Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp) para implantar o primeiro cadastro de

agressores para atendimento do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (Ciosp).

“Feminicídios são antecedentes de outros delitos menores. Das 19 mortes ocorridas neste ano, seis delas as vítimas vinham sofrendo violência e, salvo engano, três já tinham medida protetiva. Esses feminicídios podem ser evitados, principalmente aqueles cometidos dentro do ambiente familiar. E há muito tempo venho conversando com a Sesp para que os dados daquele agressor constem no Ciosp para que a mulher, quando já vítima, acionar numa situação de urgência, o atendimento do Ciosp possa já ter a informação de que ela é vítima e que o agressor está em vias de cometer algo pior contra aquela mulher”, elucidou a defensora.

Embora as ações sejam todas sob sigilo de justiça, o que se traduz em segurança para a mulher, Rosana Leite lembrou que o servidor do Ciosp é como um servidor do Judiciário, tem fé pública e, por isso, é preciso confiar que o sigilo será preservado. Ela tam-

bém lembrou que, no Estado, a Lei Maria da Penha é cumprida em sua integralidade, desde o atendimento à mulher na ocorrência até o julgamento em vara especializada.

Rede – Uma das mais antigas militantes do combate à violência contra mulher de Mato Grosso, a advogada Ana Emília Sotero esclareceu às participantes do evento como foi concebida e está funcionando a Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar nos municípios de Várzea Grande e Nossa Senhora do Livramento. O programa, inspirado na experiência de Barra do Garças, foi lançado no Dia Internacional da Mulher (08), com a integração de vários órgãos do Poder Público e entidades da sociedade civil organizada, em conjunto com a subseção da OAB no município.

“É a institucionalização da rede que nós conhecemos em nossas cidades, só que não funciona como instituição. Conhecemos a experiência de Barra do Garças e convidamos a

mentora do projeto para iniciar em Várzea Grande, que tem índices de violência muito próximos da Capital e porque tem uma prefeita”, informou a advogada.

A Rede de Enfrentamento terá a união de esforços das polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal de Várzea Grande, das prefeituras dos dois municípios, da Defensoria Pública, do Ministério Público Estadual, da ABMCJ-MT, da OAB-MT, outras entidades e de profissionais liberais que queiram aderir à ação. A subseção da OAB-MT cedeu um espaço para coordenação dos trabalhos em sua sede.

Dois diferenciais do acolhimento às vítimas de agressão doméstica são a observação e o tratamento também do agressor, que terá de participar dos grupos de reflexão para ser acompanhado e, desta forma, evitar-se novos eventos; e a Patrulha Maria da Penha, que consiste no trabalho multidisciplinar da equipe que irá atender e acompanhar as mulheres vítimas de agressão no dia a dia.

OAB Água Boa inaugura sala de atendimento monitorada na Vara do Trabalho

Em um modelo inédito em Mato Grosso, a subseção de Água Boa da OAB-MT inaugurou, no dia 12 de março, a sala de autoatendimento na vara da Justiça do Trabalho. A partir das 8h30, o espaço de apoio, com serviços e materiais de suporte, dedicado exclusivamente aos advogados e advogadas regularmente inscritos na OAB, passa a funcionar no sistema de autoatendimento com videomonitoramento, sem a presença permanente de uma colaboradora.

“O sistema de câmera que instalamos permite o monitoramento remoto”, explicou o presidente da OAB Água

Boa, Paulo Diniz.

Toda a comodidade oferecida aos profissionais da advocacia deverá ser mantida. A colaboradora da subseção fica responsável pela abertura do espaço, averiguando suas condições de organização e limpeza.

Durante a utilização dos equipamentos, eventuais falhas devem ser comunicadas à OAB Água Boa pelo telefone (66) 3468 1862, a fim de assegurar o suporte necessário.

Ainda, para garantir o conforto de todos os usuários, a diretoria da subseção alertou para que os usuários contribuam,

mantendo o ambiente sempre organizado.

Diretor-tesoureiro da OAB-MT, Helmut Flávio Preza Daltro destacou que a iniciativa da OAB Água Boa, com o videomonitoramento do espaço, é um feito inédito e servirá como projeto piloto para todo o Estado.

A diretoria da OAB-MT vem estudando esse modelo de gestão desde 2016 e algumas subseções vêm se empenhando no sistema de autonomia, sem perder foco na qualidade.

Autoatendimento - A OAB Sorriso implantou o sistema na sala da advocacia

na vara da Justiça do Trabalho no ano passado. De acordo com a presidente Cláudia Negrão, no espaço está disponível toda estrutura funcional para os advogados e advogadas com computador, copiadora, materiais de escritório, entre outros. Semanalmente, um membro da Comissão de Direito do Trabalho da OAB Sorriso faz uma visita de avaliação na sala e cuidar do que for necessário.

“O resultado é satisfatório, tendo em vista que a Justiça do Trabalho já funciona totalmente no digital pelo sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe)”, comentou a presidente.

Trabalho e homenagens marcam abertura do Março Mulher em Nova Mutum

Presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, a secretária-geral adjunta e presidente da Comissão de Direito da Mulher (CDM), Gisela Cardoso; o presidente e a vice-presidente da CAA/MT, Ítallo Leite e Xênia Artmann, e o presidente da Subseção de Sinop, Felipe Guerra, participaram da palestra jantar para as advogadas de Nova Mutum.

Integrando a programação do Março Sempre Mulher, desenvolvido pelo Sistema OAB-MT em todo o Estado, o evento aconteceu no dia 7 de março, com diversas atividades. As advoga-

das de Nova Mutum celebraram o Dia Internacional da Mulher com trabalho, informação e confraternização.

“Durante o dia, oferecemos atendimento gratuito às mulheres do município”, comentou o presidente da OAB Nova Mutum, César Boni. Dezenas de mulheres foram atendidas pelas advogadas da subseção.

Já à noite foi a vez das profissionais participarem da palestra com as diretorias da OAB-MT e CAA/MT que, na oportunidade, também apresentaram um balanço das principais ações que vêm sendo realizadas pela gestão.



OAB-MT apoia criação de comissão em Lucas do Rio Verde



Em uma reunião classificada como bastante produtiva pelo presidente da Subseção de Lucas do Rio Verde da OAB-MT, Eduardo Villela, os advogados e advogadas que atuam na região puderam esclarecer dúvidas e apontar as dificuldades vivenciadas no âmbito dos Juizados Especiais na comarca.

De acordo com Eduardo Villela, há divergência em alguns procedimentos cobrados no Juizado Especial de Lucas do Rio Verde. Para melhor dirimir a situação foi sugerida a criação de uma comissão do juizado especial no âmbito da subseção

para acompanhar todos os assuntos relativos à tramitação processual nos Juizados Especiais.

Com a participação do presidente e da secretária-geral da OAB-MT, Leonardo Campos e Gisela Cardoso; do presidente e vice-presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT), Ítallo Leite e Xênia Artmann Guerra, e do presidente da OAB Sinop, Felipe Guerra, o encontro com a advocacia da região também serviu para uma breve prestação de contas da gestão e reforço das ações do Março Sempre Mulher.

Projeto Minuto da Jovem Advocacia estreia em rádio

A vez e a voz da Jovem Advocacia ganha mais espaço. O projeto Minuto da Jovem Advocacia estreou no dia 22 de março no jornal da Capital, 1ª Edição. Fruto da parceria entre a Comissão da Jovem Advocacia (Cojad) da OAB-MT, a rádio Capital FM e o site Capital Notícias, a iniciativa é mais uma ferramenta para informar aos cidadãos sobre seus direitos.

“A proposta é trabalharmos sempre temas atuais com caráter informativo, fazendo com que a sociedade possa conhecer um pouco mais sobre seus direitos e esclarecer dúvidas sobre assuntos que estão em debate”, explicou o presidente da Cojad, Mário Neto.

Com uma linguagem simples e acessível, os advogados e advogadas da Cojad abordarão, de forma sucin-

ta, os mais diversos temas. A escolha, feita pela coordenação do projeto Minuto da Jovem Advocacia, obedece aos critérios estabelecidos no seu edital.

Quinzenalmente, sempre às quintas-feiras, durante o jornal da Capital 1ª Edição, que vai ao ar das 7h às 9h, e no jornal da Capital 2ª Edição (17h às 19h), na frequência 101,9 FM, um tema atual será abordado no espaço de um minuto e meio.

Na mesma data também será publicado no site Capital Notícias um artigo inédito elaborado por um jovem advogado ou advogada sobre o mesmo tema.

Os membros da Cojad interessados em participar da iniciativa devem encaminhar as propostas de artigo para a coordenadora Mara Barros.

Na estreia, foram abordados os direitos da mulher.

OAB-MT e INSS debatem termo de cooperação para uso de plataforma digital

Em reunião realizada na sede da OAB-MT, no dia 19 de março, os responsáveis regionais pela Seção de Atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) apresentaram a minuta que deve nortear o termo de cooperação entre as duas entidades para utilização da ferramenta tecnológica denominada Plataforma Digital INSS, implantada em 2017 no órgão federal, pela advocacia do Estado.

No documento, entregue pela chefe do setor do INSS, Fabiana Trettel, ao presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, e aos presidentes das comissões de Direito Previdenciário, Emanuelle Moura Cuiabano, e de Direito Eletrônico, Gonçalo Adão, constam as particularidades na atribuição de cada um dos entes no termo de cooperação técnica.

“Os advogados estão muito ansiosos para fazer uso dessa ferramenta. É muito importante celebrarmos esse termo. Acredito que, depois de lermos e pontuarmos os pontos pertinentes à OAB, é possível fazer esse retorno ao INSS”, aponto Leonardo Campos.

A advocacia de Mato Grosso será cadastrada na plataforma do INSS. Os trâmites para realização desse cadastro serão pontuados pelas instituições no termo de cooperação.

Desde a reunião anterior, ocorrida em fevereiro, a Comissão de Direito Eletrônico tem pontuado algumas modificações que entende importantes no sistema da Plataforma Digital para que não haja limitação de direitos. Esses aspectos foram debatidos novamente. Conforme a representante do INSS, a ferramenta está em constante aperfeiçoamento para atender às necessidades.

“Viemos para protocolar essa minuta, responder às perguntas da OAB e aguardar seu retorno. Estamos muito satisfeitos de fazer a entrega desse documento. Temos o produto e viemos ‘vendê-lo’. Creio que termos o termo logo”, comentou Fabiana Trettel.



Comissão de Direito Condominial é instituída em MT

Aprovada na sessão do Conselho Seccional da OAB-MT realizada no dia 23 de março, a Comissão de Direito Condominial foi instituída na entidade e já inicia seu trabalho com um ciclo de palestras no começo de abril.

Assumiu a presidência da Comissão o advogado Miguel Juarez Romeiro Zaim. Seu vice é Diego Osmar Pizzatto e os secretário-geral e secretária-geral

adjunta são Leandro Mártines Gonçalves de Amorim e Antonielle Fabiane Costa Penha Lima. Fazem parte outros 25 membros da Comissão.

Miguel Zaim já foi síndico por algum tempo e é especialista em Direito Imobiliário. Conforme ele, mais de 10% da população brasileira já reside em condomínios, sejam eles verticais (apartamentos) ou horizontais. Em Cuiabá, por

exemplo, já existem mais de mil condomínios diversos.

“No Brasil são mais de 20 milhões de pessoas morando em condomínios, que ainda carecem de assistência jurídica especializada para uma gestão que exige cada vez mais profissionalismo”, enfatiza Zaim.

Para coroar o início dos trabalhos da Comissão, o 1º Ciclo de Palestras so-

bre Direito Condominial acontece no dia 5 de abril, no auditório da OAB-MT, a partir das 18h30. O objetivo é esclarecer a população, aos condôminos, gestores e operadores do Direito sobre a legislação dos condomínios. O vice-presidente da OAB-MT, Flávio Ferreira, fará a abertura do evento, seguido de profissionais especialistas no ramo do Direito e em Direito Civil.

OAB Sinop discute tortura e legalidade de grampos telefônicos

No dia 16 de março, a Subseção de Sinop da OAB-MT, por meio da Comissão de Direito Penal, promoveu o 1º Simpósio de Direito Penal e Processo Penal. O evento reuniu a advocacia, as polícias Militar e Civil, membros do Sistema Prisional, do Ministério Público e os servidores do Poder Judiciário. O evento foi no auditório do Ministério Público, em Sinop.

Os temas abordados, interceptação telefônica e audiência de custódia, foram selecionados a partir de dúvidas frequentes que surgiram com os casos de repercussão em âmbito estadual e nacional. “Hoje temos alguns temas em evidência, que não eram muito co-

muns. Então, trouxemos profissionais capacitados e bem preparados para tirar as dúvidas dos advogados que precisam tratar o tema na prática”, explicou a presidente da Comissão de Direito Penal, Renata Giroldo.

A primeira palestra foi sobre interceptação telefônica, sendo ministrada pelo secretário-geral da OAB-MT, o advogado Ulisses Rabaneda dos Santos, especialista em Direito Penal e Processo Penal e juiz membro do Tribunal Eleitoral.

“Em um momento em que falamos de grampos clandestinos em Mato Grosso, o debate chega com maior intensidade. A jurisprudência sobre o tema já está bem consolida-

da, mas sempre é bom discutirmos mecanismos para evitar esse tipo de situação”, comentou Rabaneda.

O juiz Marcos Faleiros da Silva, coordenador do Núcleo de Audiência de Custódia da comarca de Cuiabá, abordou o tema pertinente a ele aprofundando-se em como verificar a tortura e agir diante do caso. “O conhecimento precisa ser construído e nós sempre buscamos transmitir um pouco do que sabemos, principalmente para os envolvidos direta ou indiretamente com a Justiça”, pontua Faleiros.

O evento contou com cerca de



100 inscritos. O lucro arrecadado com as inscrições seria revertido para equipar a sala da advocacia na Penitenciária Oswaldo Florentino (Ferrugem). “Esse evento demonstra que, com diálogo e respeito, todos nós andamos juntos na busca de um sistema prisional mais eficaz e mais oportuno, que vai ao encontro do que tanto almejamos, que é a pacificação social”, finalizou o presidente da OAB Sinop, Felipe Guerra.

Rede de enfrentamento inicia nova etapa para proteção da mulher

Uma nova etapa no combate à violência doméstica nos municípios de Várzea Grande e Nossa Senhora do Livramento começou a ser vivida no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, com o início dos trabalhos da Rede de Enfrentamento. A união de esforços, aberta inclusive a novos voluntários, foi estabelecida por órgãos e instituições do Sistema Judiciário, de Segurança e as prefeituras para acompanhar e reduzir os casos de agressão com uma abordagem diferenciada, observando e tratando também o agressor.

“A iniciativa, que não é de A ou B, é um projeto baseado na experiência de Barra do Garças que foi, inclusive, apresentada recentemente na Europa. Ela tem, acredito, a melhor forma de combater a violência doméstica, pois conta com a atuação de todos os envolvidos, desde a polícia, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública, a advocacia, as prefeituras até a sociedade civil”, enumerou a presidente da Subseção de Várzea Grande da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Flávia Moretti.

O lançamento da Rede de Enfrentamento foi no Centro Pastoral Padre Aldacir Carniel, em Várzea Grande. No evento, a concepção do funcionamento da iniciativa foi transmitida ao público pela presidente da OAB VG. Ela explicou que é

preciso entender os motivos que levam o agressor a cometer a violência, se é cultural ou uma experiência familiar, para que se possa tratá-lo também.

“A Rede de enfrentamento é justamente a união das instituições para poder cuidar das mulheres desde o primeiro momento da violência doméstica. E, ao mesmo tempo que a gente vai cuidar dela, zelar por ela, a rede vai também tratar o homem, o agressor. Muitas vezes, é cultural. Às vezes ele viu a mãe apanhar, o pai bater, e ele foi criado numa rede de violência. Temos que descaracterizar essa situação, essa cultura, essa forma”, pontuou Flávia Moretti.

A OAB VG contribui com a capacitação dos agentes envolvidos e, também, nos grupos reflexivos para atendimento dos homens que estão sob medidas protetivas. “Será um desafio em nossa comarca, mas não tenho dúvida de que estamos tomando atitudes práticas e efetivas para diminuir a violência doméstica”, acrescentou Flávia Moretti.

O projeto faz cumprir o artigo 8º da Lei Maria da Penha: “a política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais”

“Mero aborrecimento” atrai alunos de Direito de VG para palestra

Contribuir para a formação de alunos de Direito, bem como de crianças das escolas públicas de Várzea Grande sobre o direito do consumidor, provocou a parceria entre a Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da subseção local da OAB-MT, o Procon Municipal e um centro universitário na realização de palestras.

No dia 21 de março, estudantes de Direito da Faculdade Desembargador Sávio Brandão (Fausb) participaram da conversa sobre “Mero Aborrecimento e as Formas de Proteção ao Consumidor” no auditório da instituição, com casa cheia.

“A adesão foi muito grande. Focamos mais nos alunos do nono ano, para que possam conhecer me-

lhor a atuação do juizado especial e o arbitramento de danos morais, e do primeiro ano, por conta de carga horária. Demos sequência à conscientização dos adultos sobre direitos do consumidor assim como fizemos com as crianças nas escolas municipais”, explicou a membro da Comissão de Defesa do Consumidor da OABVG e do Conselho Municipal do Direito do Consumidor, a advogada Eliane Carneiro Araújo.

A palestra foi proferida pelo presidente da CDC estadual, Rodrigo Palomares. Este foi o segundo ano da realização em Várzea Grande. Em 2017, o tema foi tratado, também em comemoração ao Mês do Consumidor – dia 15 de março é o Dia Internacional do Consumidor – na sede da OABVG.

Ainda houve o cunho social, pois foram arrecadados 260 litros de leite longa-vida entregues como ingressos pela palestra.

Já o Proncon de Várzea Grande realizou uma série de conversas nas escolas municipais sobre defesa do consumidor e uma panfletagem no paço da cidade a respeito do site da entidade.



CAA/MT realiza Pedal Legal na Transpantaneira em maio

Fauna e flora típicas do Pantanal Mato-grossense. Este é o cenário escolhido pela Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) para a primeira edição do Pedal Legal, no dia 26 de maio. A expectativa é que cerca de 300 profissionais da advocacia de Mato Grosso e de outros estados participem do passeio ciclístico que percorrerá um trecho da Rodovia MT-060, a famosa Transpantaneira (rota turística para amantes da natureza).

“A ideia de realizar um pedal na região do Pantanal era antiga. Este ano, topamos o desafio da Coordenação Nacional das Caixas de Assistência (Concad) e seremos a primeira Caixa do Brasil a realizar o Pedal Legal. Será, sem dúvida, mais um evento que entrará para a história da advocacia regional e nacional pela sua organização. Será mais uma grande ação com a marca CAA/MT”, afirma o presidente da CAA/MT, Itallo Leite.

Ele adianta que as inscrições começam no próximo mês e serão feitas somente via internet. O primeiro lote terá o valor de R\$ 100,00 para advogados(as) e estagiários(as) adimplentes com a OAB e de R\$ 150,00 para demais profissionais e público geral. No segundo lote, as inscrições terão os valores de R\$ 120,00 para advogados(as) e estagiários(as) adim-

plentes com a OAB e de R\$ 170,00 para os demais profissionais e público geral.

O Pedal Legal será no período matutino, com início previsto para as 7h. Os participantes poderão optar por percursos com 20, 40 ou 60 quilômetros. “Teremos, ao longo de toda a prova, pontos de hidratação, equipe médica e ambulâncias. Além disso, nosso staff estará a postos para a prestação de quaisquer auxílios”, assegura o presidente da CAA/MT.

Todos os participantes inscritos no Pedal Legal receberão camiseta da prova (específica para ciclista) e kit surpresa e, ao término do percurso, medalhas de participação. Por se tratar de um evento com o objetivo de socialização dos participantes e contemplação da natureza, não haverá pódio e nem premiação.

O Pedal Legal é uma realização da CAA/MT com apoio da OAB-MT e Concad.

LOGÍSTICA - A CAA/MT está negociando - com hotéis localizados às margens da Transpantaneira - condições especiais de hospedagem para os inscritos no Pedal Legal. A entidade também está agilizando, junto a fornecedores, formas de deslocamento, partindo de Cuiabá, até o local do evento. A ideia da organização é disponibilizar, por meio de parceiros, bicicletas para locação.



CAAMT amplia número de empresas conveniadas

Os profissionais da advocacia passam a contar com descontos e atendimento especial em 16 novos estabelecimentos conveniados. A Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) firmou parceria com empresas de diversos segmentos de Cuiabá e Chapada dos Guimarães. Para ter acesso às vantagens, advogados e estagiários inscritos na OAB-MT devem apresentar a carteira da Ordem.

“Buscamos celebrar convênios com empresas e prestadores de serviço que são referências em suas áreas de atuação”, explica o presidente da CAA/MT, Itallo Leite. Ele lembra que inúmeras parcerias celebradas pela entidade advêm de indicações dos próprios advogados e estagiários.

Além destes 16 novos convênios, a CAA/MT possui centenas de parcerias celebradas em Cuiabá e interior do estado. A relação completa está disponível no site da CAA/MT (www.caamt.com.br) e no aplicativo para celular.

Confira agora as empresas que passam a integrar o programa de convênios da CAA/MT:

Academia Central Fitness (65) 3641-5280 Cuiabá
 Espaço Adriano Guedes Buffet (65) 3682-1710 Cuiabá
 Academia Infantil Hora do Recreio (65) 2127-2352 Cuiabá
 Grand Touro Steakhouse (65) 2127-4071 Cuiabá
 Green Line Transport e Turismo (65) 9 9603-5336 Cuiabá
 Hotel D’Luca (65) 3644-8470 Cuiabá
 Insanos Cycling Indoor (65) 2129-6306 Cuiabá
 Luvittê Clinic Dermatologia (65) 2127-9799 Cuiabá
 Maithe Shoes (65) 3637-4008 Cuiabá
 Pousada Chateau Camalote (65) 9 9971-1841 Chapada dos Guimarães
 Sobrancelhas Design (65) 3644-5200 Cuiabá
 Talita Graziela Psicologia (65) 9 9660-3773 Cuiabá
 Tia Katinha Bolos (65) 3358-9786 Cuiabá
 Hotel Deville Prime (65) 3319-3000 Cuiabá
 JL Informática (65) 9 9958-3186 Cuiabá
 Kampai Arquitetura e Interiores (65) 3627-2031 Cuiabá

Capital e interior realizam mais de 150 ações do Projeto Março Sempre Mulher

O Sistema OAB Mato Grosso chega ao final de mais um projeto Março Sempre Mulher com muito a comemorar. Ao longo do mês, capital e interior do estado realizaram mais de 150 ações de valorização e celebração do Dia Internacional da Mulher.

Além de confraternizações, as diretorias da Seccional, da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso

(CAA/MT) e das subseções da OAB-MT promoveram simpósios, palestras, debates, workshops, desfiles de moda, mutirões para atendimento jurídico gratuito a mulheres de baixa renda, visitas a escolas e desenvolvimento de atividades esportivas, entre outros.

“Fica aqui o nosso agradecimento a todas as advogadas que estiveram envolvidas, às diretoras do Sistema OAB, às subseções, aos Delegados da CAA/

MT e às comissões de direito da mulher. Sem o esforço e empenho de pessoas tão comprometidas com a advocacia, não lograríamos êxito”, observa o presidente da CAA/MT, Itallo Leite.

A delegada da CAA/MT em Cáceres, Cibeli Simões, afirma que o Março Sempre Mulher faz diferença na vida das advogadas. “É um momento em que nós, juntamente com toda a classe e a sociedade, podemos dizer a que viemos

e mostrar nossa importância”.

Conduzindo pela primeira vez uma ação do projeto como delegado titular da CAA/MT em Nova Xavantina, Rafael Pereira Lopes, diz estar surpreso com a mobilização gerada pelo Março Sempre Mulher. “Estamos muito alegres e motivados com a grande adesão ao evento e à participação efusiva das mulheres em todas as atividades que planejamos”.

Cuiabá



Cáceres



Barra do Garças



Jaciara



Nova Mutum



Sinop



Sorriso



Tangará da Serra



Diamantino



Colíder



Mirassol D' oeste



Rondonópolis



Vila Rica



Lucas do Rio Verde



Peixoto de Azevedo



Várzea Grande



Colégio em SC aprova medida da OAB-MT por varas especializadas da pessoa idosa

A adoção de estratégias para garantir, de forma abrangente, direitos à pessoa idosa no Brasil é o propósito da OAB-MT, por meio da Comissão de Direito do Idoso, ao integrar as discussões do II Colégio de Presidentes da Comissão de Direito do Idoso ocorrido de 21 a 23 de março, em Florianópolis (SC). A proposta levada pelo presidente da Comissão do Estado, Isandir Oliveira de Rezende, para ser submetida ao fórum, engrossa o trabalho pela instalação de Varas Especializadas da Pessoa Idosa em todas as capitais brasileiras.

O pleito da OAB-MT levado a Santa Catarina, sob caráter de urgência, foi para que o Conselho Federal da Ordem leve à Câmara dos Deputados o requerimento de que seja colocado em pauta para votação o Projeto de Lei nº 2.792/2015, que determina a criação das varas especializadas. A proposta já teve o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Casa.

“O nosso pedido foi satisfatoriamente agraciado por todos os colegas pela alteração do artigo 70 da Lei do Idoso, para que o poder público possa criar va-

ras especializadas exclusivas do idoso. Todas as demais seccionais vão providenciar o levantamento do número de processos nas capitais das pessoas de 60 anos acima”, anunciou o advogado.

Isandir Rezende acrescentou que os dados consolidados por seccional serão encaminhados para o Colégio da Comissão Nacional e, posteriormente, será programada uma entrega do levantamento à deputada federal por Goiás, Flávia Moraes, autora do projeto, juntamente ao relator do PL e ao presidente da Câmara Federal para que faça aprovação, com medida de urgência.

Em Cuiabá, conforme estudo feito junto à comarca, entre 2011 e 2015, o volume de processos de pessoas acima de 60 anos ultrapassava os 24,7 mil. “Estamos com as varas cíveis abarrotadas de processo, levando de 10 a 20 anos para termos a primeira decisão”, argumenta o presidente da Comissão de Mato Grosso no pedido.

“Não podemos permitir que a nos-



sa sensibilidade fique apenas voltada para as políticas públicas do Estado de cada seccional aqui representada. Precisamos pensar em alternativas macro e, para atingirmos o macro, faz-se neces-

sário que nossos projetos estejam exatamente voltados a atender a toda pessoa idosa do país”, ponderou o presidente da Comissão aos colegas presidentes.

No Brasil existe apenas uma Vara Especializada do Idoso implantada pela Justiça Federal no estado do Paraná para julgar ações distribuídas por pessoas com mais de 60 anos, respeitando o artigo 70 do Estatuto do Idoso.

“Ficou também combinado que, ao se ter todos os dados que deverão ser encaminhados pelas seccionais, será programada uma data para todas as Comissões comparecerem a Brasília e apresentarem a manifestação sobre a votação e, de preferência, aprovação pela Câmara Federal”, salientou o advogado.

O pedido apresentado neste ano já havia sido demonstrado no I Colégio de Presidentes de Comissões do Direito do Idoso, como contou Isandir Rezende. “Agora, estão solicitando para todas as seccionais os números para que os dados possam servir de fonte de informação necessária para conscientizar todos os deputados federais para aprovação do projeto”, finalizou.

Membros da OAB-MT passam a conselheiras e diretora do Cedca

No mesmo dia em que tomou posse como conselheira titular do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedca), a presidente da Comissão da Infância e Juventude (Cij) da OAB-MT, Tatiane Barros Ramalho, foi eleita secretária-geral do órgão. A solenidade de posse e a eleição da nova diretoria do Cedca aconteceram no dia 2 de março e marcaram a retomada da Ordem na atuação mais incisiva junto ao Conselho.

“Por muitos anos a OAB ficou sem representação no Cedca. Devido à atuação da Comissão de Infância e Juventude, fomos convidadas a participar novamente do Cedca, mas como ouvintes. Porque, como não éramos eleitas, não tínhamos direito a voz e voto. A doutora Cleide Eliane de Souza (ex-presidente), também advogada e membro da Cij, sempre nos deu uma abertura muito grande e estabeleceu



a parceria da Comissão da OAB nas ações do Cedca”, esclareceu Tatiane Barros Ramalho.

Além da presidente da Comissão da Ordem, também tomou posse como membro suplente do Cedca a advogada integrante da Cij Andréia Noite.

A OAB-MT foi a segunda instituição mais votada para compor o Cedca, de acordo com a advogada Tatiane

Barros Ramalho. “A OAB está muito feliz em retomar a composição do Cedca. A Comissão da Infância e Juventude tem desenvolvido um trabalho forte em relação à criança e ao adolescente no combate à violência, à pedofilia, voltado para orientação sobre alienação parental e guarda compartilhada. Esses temas precisam ser debatidos e enfrentados, e são órgãos como o Conselho

Estadual e a Comissão que fazem esse trabalho”, destacou.

A posse dos novos membros do Cedca pelo quadro da OAB-MT foi feita pelo presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desembargador Rui Ramos, que aproveitou a oportunidade para parabenizar a instituição pelo trabalho desenvolvido na defesa da infância e da juventude.

A eleição da nova diretoria do Cedca aconteceu no período da tarde. A presidente da Associação Mato-grossense de Pesquisa e Amparo à Adoção, Lindacir Rocha Bernardon, também membro da Cij, presidirá o Conselho. A vice-presidente será a servidora da Secretaria Estadual de Trabalho e Assistência Social (Setas), Jennifer Jerônimo. “A doutora Cleide Eliane, que deixou a gestão agora, é uma parceira da Comissão. Lindacir vem para dar continuidade a essa parceria”, finalizou Tatiane Barros Ramalho.

Informe OAB

Comissão da OAB-MT divulga manual para adesão ao “Regularize”

A Comissão de Meio Ambiente da OAB-MT reuniu-se para esclarecer aspectos da Lei 10.579/2017 que instituiu o Programa de Recuperação de Créditos do Estado “Regularize”. Na oportunidade, um manual elaborado pelo grupo foi apresentado para explicar o processo de solicitação de pagamento de autos de infração da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema). O manual diz respeito às formalidades necessárias para adesão ao programa, como o requerimento de cálculo e o pagamento de multas à vista ou de forma parcelada, por exemplo. Os débitos que podem ser quitados junto à Sema são aqueles já julgados, os não julgados ainda, aqueles em recurso administrativo e os que estão em cobrança administrativa.



Certidões da Jucemat apenas por meio eletrônico

A advocacia de Mato Grosso precisa estar atenta à mudança implantada pela Junta Comercial do Estado (Jucemat) que, desde fevereiro, vem emitindo todas as certidões por meio digital. O alerta é feito pelo vice-presidente do TDP da OAB-MT, Maurício Magalhães Neto. “O Subcomitê Gestor da Rede de Simplificação, no qual a OAB tem assento, vem atuando para facilitar o empreendedorismo no Estado e, nesse sentido, há o projeto da Junta Digital, ou seja, para emitir tudo por meio eletrônico. A advocacia, portanto, não precisa ir mais ao balcão do órgão para requisitar documento. Tudo é online agora”, explicou o advogado.

TRE oferece treinamento do PJe à advocacia

Atenção advogados que militam na Justiça Eleitoral: o Tribunal Regional Eleitoral acaba de abrir inscrições para treinamento em Processo Judicial Eletrônico. O curso tem duração de duas horas e há vagas disponíveis para os dias 06/04, 18/05, 01/06 e 06/07. Para receber o treinamento é necessário preencher o formulário de inscrição disponível no site do TRE (www.tre-mt.jus.br), nos links “área jurídica”, “serviços judiciais” e “PJe”. O advogado pode escolher o dia em que gostaria de receber o treinamento, dentre as datas disponíveis.

Mediação e conciliação, primeiramente

O projeto Corregedoria Itinerante tem divulgado, para todo o país, as mudanças ocorridas no Código de Ética e Disciplina da advocacia. Confira as dicas deste mês!

ESTÍMULO AOS MEIOS EXTRAJUDICIAIS:

- Passa a ser princípio ético do advogado o estímulo aos meios extrajudiciais de resolução de litígios, como mediação e conciliação, prevenindo a instauração de processos judiciais;



Conselheiro federal recomenda gravação de audiências trabalhistas

Proposta do conselheiro federal da OAB-MT, Josemar Carmerino dos Santos, a gravação audiovisual em audiências da Justiça do Trabalho será alvo de pedido do Conselho Federal da OAB ao Tribunal Superior do Trabalho (TST). A propositura do conselheiro mato-grossense foi acatada por unanimidade pelo Conselho Pleno da OAB. A Ordem notificará o TST recomendando a preferência pelo uso de equipamentos de gravação audiovisual nas audiências trabalhistas.

Em Destaque



Alunos do Colégio Isaac Newton receberam os membros da Comissão da Jovem Advocacia da OAB-MT para, no Mês da Mulher, ouvir uma palestra sobre a Lei Maria da Penha. O convite à reflexão sobre violência doméstica teve o tradicional selfie no final do evento



Um dos fundadores do Tribunal de Defesa das Prerrogativas da OAB-MT, Manancial José da Fonseca, foi homenageado na sessão do Conselho Seccional de março pela diretoria da Casa em nome de toda advocacia do Estado. Afinal, foi responsável por instituir o órgão que defende veementemente o exercício profissional da advocacia



Membros do Sistema OAB-MT e advogadas de todo o Estado puderam conferir a palestra "GPS da Felicidade" oferecida especialmente em comemoração ao Mês da Mulher em evento de confraternização. Toda diretoria se fez presente para prestigiar a palestrante Heloísa Pedrosa



Lideranças da advocacia feminina de Mato Grosso, as advogadas Gisela Cardoso, secretária-geral adjunta da OAB-MT e presidente da Comissão de Direito da Mulher, e Tatiane Barros Ramalho, presidente da Comissão da Infância e Juventude, foram homenageadas na ALMT com moção de congratulações.



Integrantes da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB-MT reuniram-se na seccional para organizar eventos que marcaram a Semana do Consumidor, em março. Dentre as realizações aconteceu o lançamento do CDC em braille, oferecido pela Ordem aos comércios que solicitarem